

*Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no
Setecentos português**

PATRÍCIA MERLO**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O presente artigo procura analisar algumas referências históricas alusivas à formação médica em Portugal na modernidade, mais exatamente ao período que antecede a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772, quando o ensino médico, bem como as diversas outras áreas, sofreram mudanças significativas. Partimos do pressuposto que para buscar melhor compreender a questão é necessário retomar as influências que marcaram o ensino de medicina nesse período.

Palavras-chave: Estudos Médicos; Modernidade Ibérica; Verney.

Abstract: This article analyzes some historical references relating to medical training in Portugal in modern age, more exactly to the period before the reform of the Statutes of the University of Coimbra in 1772, when the medical education as well as several other areas, had significant changes. We assume to better understand the issue is necessary to resume the influences that marked medical education in this period.

Keywords: Medical Studies; Iberian modernity; Verney.

* Recebido em 26 de janeiro de 2015 e aprovado para publicação em 10 de março de 2015.

** Possui Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000), Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2003) e Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). É professora da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculada à graduação de História e ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História. Participa do Laboratório História, Poder e Linguagens(UFES).

A ciência médica aplicada à conservação e à recuperação da saúde, agindo no limiar entre a vida e a morte dos indivíduos, tem enredado, ao longo do tempo, profundas implicações filosóficas de juízo ético. Em função da especificidade dessa prática profissional, a formação médica também não é independente nem pode ser desinteressada dos contextos na qual transcorre. Nas últimas décadas, os estudos de história da medicina têm assinalado a relevância da compreensão das práticas médicas e dos saberes envolvidos enquanto objetos da historiografia. A história do corpo pode ser vista como parte de uma busca mais dilatada sobre o saber médico, estabelecendo-se como um campo problematizado pela história, sendo vários os estudos sobre o tema.¹

O texto que se segue, destaca algumas referências históricas sobre a formação médica em Portugal na modernidade, mais exatamente ao período que antecede a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772, quando o ensino da medicina, bem como diversas outras áreas, sofreram mudanças significativas. A abordagem aqui proposta segue pelo viés da história cultural (CHARTIER, 2002), mesmo porque pensar o corpo e a doença é também lidar com a cultura na qual esses objetos estão inscritos e da qual o pensamento científico não está separado. Assim para buscar melhor compreender a questão propomos retomar as influências que marcaram o ensino médico no período em tela.

¹ Sobre a temática, entre outros, cf. DEL PRIORI, Mary Lucy. A história do corpo e a Nova História: uma autópsia. In: *Revista da USP*, nº 23, São Paulo, 1994. LANGDON, E. J. A doença como experiência: a construção da doença e seu desafio para a prática médica. *Rev Antropologia em Primeira Mão*. 1995; 12: 1-24. CRESPO, *História do corpo*. Lisboa: Difel, 1989. ALMEIDA FILHO, N. *A Ciência da saúde*. São Paulo: Hucitec; 2000. CASTIEL, L. D. *O buraco e o avestruz: a singularidade do adoecer humano*. São Paulo: Papirus, 1994. PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP. 1992. DAOLIO, J. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1995. COURBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.) *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Notas iniciais: inovações e permanências

O conhecimento sobre o corpo e a doença no mundo europeu foi respaldado por diversas concepções ao longo da Modernidade. Cabe considerar que, a partir do século XVI, a medicina ocidental marcada pela forte influência herdada da Antiguidade, em particular pelos textos de Galeno² e da escola islâmica, que fundamentavam a prática médica da época, começou a dar lugar lentamente a novas teorias e a paulatina substituição dos conhecimentos baseados na autoridade pelos de base científica. Porém, de maneira geral, as teorias e conceitos de Galeno apesar de sofrerem transformações e adendos, mantiveram-se como a base da medicina praticada até o século XVIII.

Durante o século XVII e meados do XVIII o mundo europeu viveu diversos avanços e modificações na arte medicinal e na produção e utilização de medicamentos (GONÇALVES, 2012, p. 36). Tal período assiste a gradativa mudança do pensamento erudito sobre o homem, o universo e a natureza. Academias científicas foram criadas em vários lugares, tendo como fundamento o experimentalismo e o racionalismo. No campo médico estabeleciam-se novas interpretações sobre o corpo, para além da teoria humoral, crescendo a defesa de que o médico deveria saber identificar e classificar as doenças da mesma maneira como os naturalistas faziam na classificação das plantas (BASSO, 2004, p. 126). Nesse contexto, as descobertas anatômicas e os princípios mecânicos lançaram novas bases para o conhecimento do corpo e a prática médica.

² No tratado *Da Natureza do Homem* de Hipócrates, encontra-se a doutrina humoral. Basicamente, propõe que o corpo é composto por quatro humores: sangue, flegma, bile amarela e bile negra. A saúde estaria associada com a perfeita justa proporção destes humores, tanto qualitativa quanto quantitativamente. A doença seria resultado do isolamento de um dos humores em alguma região do corpo, desequilibrando seu funcionamento. Galeno, no século II d.C., com o prestígio de sua autoridade, revitalizou a doutrina humoral e ressaltou a importância dos quatro temperamentos, conforme o predomínio de um dos quatro humores: sanguíneo, fleumático, colérico (de cholé, bile), melancólico (de melános, negro + cholé, bile). Colérico, portanto, é aquele que tem mais bile amarela, e melancólico, o que tem mais bile negra. Esta doutrina serviu como base para toda prática médica ocidental por quase dois milênios (FRIAS, 2004).

Em Portugal, também no século XVIII, sobretudo com a contratação de professores estrangeiros de renome, por iniciativa de D. João V e, posteriormente, com a reforma pombalina da Universidade, ocorreu alterações no ensino médico. No entanto, de maneira geral, os autores da Antiguidade, a exemplo de Hipócrates e Galeno ou de seus comentadores árabes na Idade Média, como Avicena, continuaram a constituir a base do conhecimento médico que subsidiava a formação na Universidade de Coimbra ainda no século seguinte.

De fato, até a reforma dos Estatutos, em 1772, prevaleceu o estudo da ciência subscrita pelas autoridades e arquivada por meio de tratados.³ A finalidade não era criar novos saberes, mas aparelhar os profissionais competentes para agir segundo o conhecimento pré-estabelecido. Além disso, as ciências exatas e naturais eram consideradas menores e o debate escolástico substituíva a experimentação. É preciso ainda lembrar que a Inquisição e os jesuítas exerciam influência no ensino universitário luso desde 1555, criando obstáculos à renovação cultural no Reino (SOUZA, 1981, p. 441-442).

Enquanto o ensino da medicina em Portugal respaldava-se, como em muitos lugares, nas teorias médicas da Antiguidade, em outras regiões da Europa a medicina vivia mudanças associadas aos progressos da anatomia. A obra de Vesálio, *De fabrica corporis humani* – Da construção do corpo humano –, impressa na Basileia em 1543, que questionava a anatomia nos moldes galênicos, e as descobertas de Harvey sobre a circulação sanguínea apresentadas na obra *Exercitatio Anatomica de Motu Cordis et Sanguinis* – Meditação anatômica sobre o movimento do coração e do sangue –, publicada em Londres em 1628, são alguns exemplos dos avanços da anatomia nos séculos XVI e XVII. Tais anatomistas podem ser considerados representantes do novo “espírito científico” que prosperou gradativamente em certas regiões, sem o qual não é possível compreender as inovações no

³ Antes da promulgação dos Estatutos de 1772, a Universidade foi regida pelos Estatutos de 1563, os quais por sua vez apresentavam apenas alterações pontuais em relação aos estatutos anteriores.

domínio da medicina e nem as experiências que procuravam esquadriñar os elementos da fisiologia humana (Cf. BRETON, 1993). Cabe, todavia, considerar que esses escritos não negaram o galenismo, apesar de incorporarem um espírito experimentalista que procurou corrigir algumas de suas afirmativas (LINDEMANN, 2002, p. 71-72). O historiador brasileiro Jean L. N. Abreu tratando sobre a temática afirma que:

À influência do galenismo, cabe acrescentar ainda o papel da astrologia, da magia e das concepções sobrenaturais no saber médico da época. Embora tais aspectos não se limitassem à medicina portuguesa, o fato é que a cultura lusa se manteve relativamente fechada às inovações da ciência ocorridas em diversos países da Europa, o que se devia, principalmente, à influência da escolástica e da Igreja católica na universidade (ABREU, 2007a, p. 80-81).

Em Portugal, não só a medicina teria permanecido afastada da maior parte dessas renovações, como também as demais ciências continuaram a se basear nos princípios aristotélicos e na tradição escolástica, abalizada nos escritos de Tomás de Aquino. De fato, esses autores e os comentários de suas obras eram obrigatórios nos cursos, submetidos a uma concepção sacral e teológica do saber (RIBEIRO, 2003, p. 19-21; VILLALTA, 1999, p. 48-50). Segundo os princípios do Tomismo vigente na cultura ibérica até o século XVIII, a inteligência primeira que tudo ordenava era Deus, e como esse entendimento, as ações humanas transcendiam o próprio homem. Em razão dessa compreensão, as ciências naturais não obtiveram um espaço de autonomia, pois as leis concernentes a esse mundo sublunar não poderiam elucidar o supralunar, não permitindo “uma superposição epistemológica das ciências físicas e naturais sobre a teologia” (DOMINGUES, 1996, p. 104-105).

Convém notar que apesar da relativa abertura dos jesuítas no restante da Europa, sugerindo conciliar as doutrinas aristotélicas com a ciência nos moldes do cartesianismo, o ensino em Portugal não absorveu tais mudanças. Em 1746, o reitor do Colégio de Artes determinava por meio de um edital a

proibição em ensinar e defender as “opiniões recebidas ou inúteis [...] como são as de Descartes, Gassendi, Newton [...] ou outras quaisquer outras conclusões, opostos ao sistema de Aristóteles” (CARVALHO, 1987, p. 389).

No que diz respeito à relação entre Portugal e a cultura europeia no período compreendido entre o século XVI e o XVIII, o historiador português José Sebastião da Silva Dias ressaltou que a “cultura portuguesa não ficou completamente à margem desta corrente de ideias e conhecimentos”, contudo ficou “à margem do ambiente que a tornou possível e do espírito que a caracterizou” (DIAS, 1953, p. 70).

Todavia, se de fato o sistema de ensino seguido na Universidade e os impedimentos epistemológicos estabelecidos pela orientação aristotélica cooperaram para a manutenção de certas direções no ensino de medicina, não se pode afirmar, porém, um total isolamento cultural no Reino. Estudos mais atuais sobre a cultura ibérica indicam que não se pode pintar a cultura portuguesa de princípios do setecentos sob a imagem do atraso, tal como sugere certa tradição historiográfica (Cf. SÉRGIO, 1972).

Em obra mais recente, a historiadora Beatriz Helena Domingues chamou atenção para o imperativo de se romper com uma associação direta entre a ideia de atraso científico na tradição ibérica e o papel que aí desempenhou a Contrarreforma. Para a autora, Espanha e Portugal teriam trilhado caminhos distintos: quando se tratou de assumir a “modernidade-moderna (filosófica, científica)”, amparada no critério de veracidade das ciências físicas e matemáticas, a tradição ibérica manteve-se ligada ao “raciocínio probabilista”, escolhendo modernizar a tradição aristotélico-tomista da Idade Média (DOMINGUES, 1996, p. 22-23). O probabilismo⁴ revelou-se enquanto uma abertura do pensamento jesuítico, na medida em que consentia a assimilação seletiva das teorias, de modo a refutar alguns pontos e aceitar outros (DELUMEAU, 1991, p. 104-109).

⁴ O probabilismo possibilitava optar, em caso de dúvida, pela opinião “mais provável”, ao contrário do “tutorismo”, segundo o qual o juízo devia se guiar pela “opinião mais severa”. No mundo ibérico, essa corrente de pensamento teve entre seus divulgadores o dominicano Medina (1528-80), professor em Salamanca, e o jesuíta Suarez (1548-1617), que ensinou em Roma, Alcalá, Salamanca e Coimbra.

Na verdade, se não havia um total afastamento da cultura científica que circulava em outros países, em Portugal não encontramos uma figura à altura de Vesálio ou de Harvey no que diz respeito à medicina. E, de fato, os principais livros utilizados no curso eram os de Hipócrates e Galeno. Contudo, é possível apontar indícios de que os letrados portugueses estavam a par das mudanças da medicina, dada a anatomia especialmente, que estavam ocorrendo no restante da Europa.

Por caminhos distintos, os conhecimentos anatômicos produzidos em locais como Holanda, França e Itália chegaram ao Reino no transcorrer do século XVIII. Médicos em busca de novidades noticiavam em suas obras os avanços da ciência anatômica: em 1721, imprimia-se em Lisboa a obra do médico da Universidade de Salamanca, Francisco Soares Ribeira, traduzido para o idioma luso pelo Licenciado Manoel Gomes Pereyra. Dentre outros aspectos, o médico buscava

Dar suficiente notícia dos novos inventos anatômicos, convém a saber do movimento circular do sangue [...] se segue que não conhecendo este novo invento, não podem [os cirurgiões] reter com facilidade um fluxo de sangue, ou de uma veia, ou de uma artéria (RIBEIRA, 1721, p. 13).

Cabe lembrar que desde a Idade Média medicina e cirurgia eram carreiras independentes,⁵ sendo esta considerada inferior àquela. Em seu *Vocabulário português e latino*, publicado entre 1722 e 1728, Raphael Bluteau

⁵ A partir do século XVI foi maior a preocupação em separar a medicina da cirurgia. Por alvará régio de 1596 eram estabelecidas penalidades aos cirurgiões que exercessem medicina e aos médicos que praticassem atos cirúrgicos. Por disposição de 1559 não era autorizado o exercício da cirurgia senão aos que estudassem no Hospital de Todos-os-Santos, sendo de dois anos a duração do curso. Excetuavam-se os candidatos que tivessem o curso de Coimbra, Salamanca ou Guadalupe. A habilitação para o exercício da prática cirúrgica dependia da aprovação em exame perante o cirurgião-mor do reino, de acordo com os regulamentos em vigor desde o século XV, quase sem modificações. A partir de 1631, o exame decorria na presença de um júri presidido pelo cirurgião-mor e por mais dois cirurgiões por si escolhidos, nenhum dos quais poderia ter ensinado os praticantes examinados (Cf. CARVALHO, 1996).

(1722-1728, p. 302) não coloca os cirurgiões no mesmo patamar dos ofícios mecânicos, situando-os no que ele denomina de “Estado do meio”, entre os mecânicos e os nobres pelo “privilégio que estimam da arte”, sendo a cirurgia considerada um ofício menor. Tal inferioridade era expressa pelos próprios letrados que valorizavam a medicina enquanto arte nobre. Talvez por tal distinção, Francisco Soares Ribeiro dedicasse suas observações aos cirurgiões cujo o conhecimento de noções de anatomia se tornava imperativo e comparava aqueles que a ignoravam “aos caminhantes que não sabem os caminhos” (RIBEIRA, 1712, p. 12). Em seus escritos, ele destacava ainda, em especial, a união entre os experimentos práticos e a filosofia (RIBEIRA, 1712, p. 60). De fato, convém observar que:

A valorização da cirurgia enquanto conhecimento integrado ao saber médico dependeu de mudanças de mentalidade em relação ao papel dos ofícios mecânicos na construção do conhecimento. Conforme observa Paolo Rossi, a valorização das artes mecânicas constituiu-se como uma das características centrais da ciência moderna. Desde o século XVI, diversos filósofos e homens de ciência defenderam a aproximação entre a teoria e a técnica, por intermédio da construção de um saber em que as observações dos fenômenos e a pesquisa empírica fossem mais relevantes do que os livros. Afinal, por atuarem diretamente na natureza, os artesãos a conheciam melhor (ABREU, 2007b, p. 149-150).

A proeza realizada por Harvey ao esquadrihar os segredos da circulação sanguínea, em 1628, inspirou a publicação de *Tratado Physiologico, Médico-Physico e Anatômico da Circulação Do Sangue*, em 1735, pelo médico português João Marques Correia. Nele, o autor critica “os que, alucinados, cuidam que toda a ciência médica se acha em arquivo de Hipócrates e Galeno” (ANDRADE, 1965, p. 134). É importante grifar que em vários cursos de medicina da Europa, a aproximação entre a medicina e a cirurgia ocorreu ao longo do século XVIII. Nos Estatutos franceses, por exemplo, a

cirurgia foi, desde 1730, alçada à categoria de “arte liberal e científica”, desvinculando os cirurgiões dos barbeiros (BRETON, 1993, p. 72).

Entre os defensores dessa aproximação entre a teoria e a técnica destacamos em Portugal o jesuíta Francisco Soares, afeito às inovações científicas, ele foi um dos divulgadores da obra de Harvey, que teria chegado às suas mãos por intermédio do anatomista de Coimbra, Francisco Rodrigues Cassão (DIAS, 1953, p. 71). Outro clérigo a se mostrar em sintonia com as ideias dos “modernos” foi, o já citado, Raphael Bluteau, da Ordem de São Caetano. De maneira geral, os letrados do século XVIII pretendiam introduzir os princípios da ciência moderna, ligados ao experimentalismo e ao mecanicismo, em substituição aos princípios da medicina hipocrática, considerada ultrapassada.

Até mesmo os médicos tributários das concepções hipocráticas e galênicas davam notícias das teorias dos “modernos” como Vesálio, Fallopio e Harvey. Brás Luís de Abreu, médico que se enquadra nesse caso, declarava a respeito da anatomia: “do seu exercício se conseguem exatos e experimentais conhecimentos do número, uso, temperamento, feio e composição das mesmas partes [do corpo humano], tudo em cômodo e utilidade do dito corpo”. A essas considerações, acrescentava: “E nós assim entendemos [...] que a Antiguidade não disse tudo, não acertou em tudo; porque vemos que os modernos dizem o que eles não disseram, acertaram no que eles não acertaram” (ABREU, 1726, p. 85).

As considerações de Brás Luís de Abreu parecem indicar o quão podia ser maleável a cultura portuguesa do século XVIII, a ponto de combinar em uma mesma obra concepções de medicina aparentemente díspares ao olhar atual. Afinal, ainda que fizesse considerações em defesa dos *modernos*, o médico apresentava-se como um dos defensores da obra e dos princípios de Hipócrates, nome citado em diversas páginas de seu *Portugal Médico*, publicado em 1726 (ABREU, 1726, p. 205).

No entanto, tal maleabilidade não pode ser considerada característica geral. Em Portugal, no período em que estamos analisando, o argumento da técnica, associado ao experimentalismo, parece ter fornecido o ponto de partida para a defesa das reformas na medicina. Pelo menos, é o que indica a

crítica feita por Luís António Verney, clérigo oratoriano português radicado na Itália, que se insurgiu rigorosamente contra os estudos médicos em Portugal. Além disso, cabe ainda considerar que:

A defesa da renovação do ensino médico em Portugal está prenhe de elementos retóricos que deságuam em uma desvalorização da “tradição” galênica, associada à filosofia peripatética. Nesse sentido, é preciso tomar o discurso de cunho ilustrado em sua dimensão retórica, de forma a não o esvaziar de seu princípio de defesa de uma outra tradição, a científica moderna, em substituição à escolástica (ABREU, 2007, p. 88).

A partir daqui, voltaremos nossa análise à Carta Duodécima da obra *Verdadeiro Método de Estudar*, publicada em 1746. Na referida carta, Verney apresenta, além de críticas à forma livresca que caracterizava o ensino de medicina no Reino, um método de estudar “a verdadeira medicina a partir dos melhores autores em Anatomia, Clínica, Medicina e Cirurgia” (VERNEY, 1746, p. 82).

“Verdadeiro Método de Estudar”: críticas à medicina lusa

Luís António Verney (1713-Lisboa – 1792-Roma) tornou-se conhecido, graças, principalmente, a obra *Verdadeiro Método de Estudar*, que alcançou larga repercussão⁶ já no século XVIII. A primeira edição, em dois volumes, assinada por “um tal Barbadinho da Congregação da Itália”, foi publicada em Nápoles pelos impressores Gennaro e Vincenzo Muzio, e

⁶ Sobre a repercussão da obra de Verney cf. LIRA, Bernardino Bravo. Verney y la ilustración católica y nacional em el mundo de habla castellana y portuguesa. *Historia*, n. 21, 1986, Instituto de Historia. Pontificia Universidad Católica de Chile. p. 63-70. ZULUAGA, Isabel G.; MATEO, León Esteban. El Informe sobre los estudios y su contexto. In: MAYÁNS Y SISCAR, Gregorio. *Informe al rei sobre el methodo de enseñar em las universidades de España*. Valência: 1974. p. 29. ROVIRA, María del Carmen. *Ecléticos portugueses del siglo XVIII y algunas de sus influencias em América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

datava do início de 1746. Possivelmente no final daquele mesmo ano, uma segunda edição, falsamente atribuída à “oficina de António Balle, em Valensa”, foi enviada a Lisboa. Sua apreensão pelo Santo Ofício, ao chegar a Portugal, não foi um empecilho para sua difusão, posta, mais tarde, novamente em circulação. No ano seguinte, quando ele também publica sua *De Orthographia Latina*, uma segunda edição veio também de Nápoles. Mas, para seu alcance, teria contribuído uma terceira edição, datada de 1751, e que possivelmente foi editada no Convento dos Loios, em Lisboa (ANDRADE, 1966, p. 453-491).

O *Verdadeiro Método de Estudar* foi uma obra escrita contra o ensino tal qual era ministrado em Portugal, o que refletia, em certa medida, a experiência do próprio Verney como aluno dos jesuítas, com quem estudou no Colégio de Santo Antão e na Universidade de Évora, e dos oratorianos, com quem iniciou um curso de filosofia. Seu formato é epistolar, trata-se de dezesseis cartas que pretendiam apontar as reformas necessárias às treze áreas do ensino, criticando quais seriam suas mazelas e sugerindo o que seria, na opinião do autor, o “verdadeiro método” de ensino a ser adotado.

Diversas páginas do *Verdadeiro método de estudar* foram dedicadas ao tema da medicina. E também na carta duodécima que se dedica aos Estudos Médicos exclusivamente, Verney opõe-se veementemente ao ensino livresco na medicina, assim como o lugar consagrado às autoridades em lugar da prática, destacando os aspectos que não permitiam o médico conhecer o interior do corpo humano. Afirmava que os princípios galênicos eram prejudiciais aos estudos anatômicos e justifica que

O ódio dos galênicos à anatomia provém dos princípios que beberam da filosofia peripatética. [...]. Assentam que a natureza é aquilo que leram nos seus livros; e ao depois, reduzem tudo o que observaram na natureza aos princípios que têm bebido (VERNEY, 1746, p. 84).

A epístola já apresenta em suas primeiras páginas um diagnóstico do autor: “digo da Medicina o que já disse da Física, que nesse Reino, não se sabe de que cor é; e que nessa Universidade, sabe-se ainda menos.”

(VERNEY, 1746, p. 88). A partir daí, Verney apresenta a definição que guiará sua argumentação: “A Medicina é a Ciência, que ensina a conservar e recuperar a vida perfeita e saúde do corpo humano.” (VERNEY, 1746, p. 88). De posse de tal definição, ele enumera os conhecimentos que são necessários a tal ciência:

Deve pois o Médico saber: 1. Que coisa é o corpo; 2. Que coisa é o corpo humano; 3. Que coisa é a vida do corpo humano inteira e perfeita; 4. Que coisa é a vida imperfeita e ofendida; 5. Que coisa é a saúde perfeita; 6. Que coisa é a saúde ofendida; 7. Que coisa até aqui tem descoberto o engenho humano, para conservar e recuperar a saúde. Estes conhecimentos podem ter qualquer filósofo, sem ser médico. 8. E o particular do médico é saber aplicar essa medicina, em certo tempo, e certo modo, e certa dose (VERNEY, 1746, p. 88).

Definidas as prioridades, o autor passa a analisar cada uma delas. A primeira, diz respeito ao corpo, cujo conhecimento torna necessário o domínio da física e das questões sensoriais, assim como da geometria e da aritmética para se obter uma noção mais perfeita de sua composição e de suas propriedades (VERNEY, 1746, p. 88). De tal defesa, Verney apresenta uma nova crítica:

Desse primeiro princípio fica claro que conceito se deve formar da Medicina desse Reino. Porque sendo todos esses médicos peripatéticos, que vale o mesmo que dizer, ignorando a Filosofia, e especialmente a Física; é certo que não podem saber coisa alguma da Medicina (VERNEY, 1746, p. 90-91).

Para o autor, não basta conhecer o funcionamento do corpo em geral, é preciso que se conheça o corpo humano, descrito como “uma máquina hidráulica, muito mais perfeita que um relógio.” Aliás, segundo Verney “quem não tem esse conhecimento de Anatomia e os que dele se seguem, não é capaz de saber Medicina.” (VERNEY, 1746, p. 91).

Por diversas vezes, Verney critica duramente o ensino baseado em Galeno, afirmando que depois das descobertas de Harvey sobre a circulação do sangue, a Medicina cresceu e avançou muito. Por isso, segundo ele, “sem o estudo da Mecânica do corpo, seguindo o mesmo método de Harvey, não se poderá saber as causas de outras enfermidades. Finalmente, nisso convém todos os que têm juízo” (VERNEY, 1746, p. 91). Como é possível perceber:

A concepção do corpo-máquina, à qual se vinculavam os médicos na Holanda, França, Itália, entre outros locais da Europa, desde o século XVII, mostrava ser assim uma alternativa para os médicos portugueses que se opunham aos princípios peripatéticos. Nesse aspecto, coube primeiro aos “estrangeirados” não apenas recusar a filosofia peripatética, como também divulgar a percepção do corpo como máquina (ABREU, 2007b, p. 93).

De fato, a distância entre o conhecimento teórico e a prática, bem como o apego aos manuais considerados ultrapassados, constituíram os principais argumentos aos quais recorreu Verney em sua crítica ao ensino da medicina em Portugal. A Anatomia, sobretudo, foi apontada como ineficiente, segundo ele:

Esse conhecimento Anatômico é o que não se acha nesse Reino e, muito menos, nessa Universidade, onde de Anatomia não sabem senão o nome. [...] Na Universidade ainda que haja uma cadeira de Anatomia, não tem exercício, pois só duas vezes no ano fazem a tal Anatomia em um carneiro, cujas partes se mostram na escola. Não sei se V.P. poderá ler isso sem riso, eu estou-me rindo quando o escrevo. Querer saber anatomia do homem pela do carneiro é uma ideia nova. Pois ainda que as anatomias dos animais ajudem, para forma conceito de algumas partes do homem, contudo, primeiro se devem examinar mui bem no cadáver do homem (VERNEY, 1746, p. 92).

As censuras continuam de maneira, muitas vezes, jocosa ao longo do texto “é coisa digna de riso que a um homem que cura o corpo humano, haja de ser prejudicial conhecer que coisa é esse corpo humano,” E ironiza: “formará melhor conceito da causa de uma enfermidade quem não sabe de onde ela se forma? Entenderá melhor a causa quem nunca viu um corpo aberto do que quem é prático das entranhas?” (VERNEY, 1746, p. 92). As análises de Verney parecem indicar a existência de certo desprezo a anatomia como forma de conhecer o corpo humano entre os lusos, que para o autor se explica pela opção galênica:

Essa é a antiga cantilena dos Árabes Galênicos: querem curar as coisas com discursos aéreos. E como a sua Física aprende-se somente nos seus livros, mas não na natureza; assim também a sua Medicina entende-se deve estudar no Gabinete e não no Hospital ou teatro Anatômico. Dizem mal dos anatômicos, porque eles considerando o corpo como uma máquina, como na verdade é, conhecem que muitas enfermidades se podem curar sem tantos remédios. Os Galênicos, pelo contrário, fundam-se em receitas grandes e curam às apalpadelas (VERNEY, 1746, p. 93).

O oratoriano retoma inúmeras vezes às condenações aos galênicos e, num universo intelectual marcado pela distância entre a medicina e a cirurgia, insiste que um bom médico precisa ser, antes de tudo, um bom anatomista:

Quem diz que a Anatomia é prejudicial ao Médico não sabe a antiga obrigação do médico de ser bom Cirurgião, e, por necessária consequência, ótimo Anatômico? Para que do conhecimento das doenças externas passe a conhecer as internas, como nos ensina Boerhaave e Hipócrates. [...] Nem eu posso entender a incoerência desses seus Médicos Portugueses em matéria de Anatomia. Se ela é supérflua e prejudicial à Medicina, não deviam nem mesmo consentir cadeira na Universidade, nem permitir que se mostrem as partes nas aulas. Se é útil, deve-se ensinar bem e não basta mostrar as partes

principais, mas as miúdas e miudíssimas (VERNEY, 1746, p. 95).

De maneira incisiva, Verney parece empenhado a difundir no Reino os princípios da ciência dita “moderna”.⁷ Tal ciência se constituiu, por um lado, a partir da crítica ao ensino livresco e, por outro, pela defesa na superioridade da técnica e da experimentação. Conforme propõe Paolo Rossi (1989), as conquistas da ciência e da técnica são os testemunhos vivos da superioridade dos modernos, por oferecerem a prova mais evidente do caráter progressivo do conhecimento. Havia, nesse sentido, a defesa de uma ideologia da profissão científica marcada pela rejeição daquilo que se considerava ultrapassado. De fato, em diversos aspectos, a obra de Verney espelha uma total rejeição à tradição dominante, bem como a tentativa de apresentar novidades:

Vemos que muitos dos Antigos conheceram bem as enfermidades e escreveram bem sobre a Semiótica, mas não acertaram nas curas, porque ignoravam as causas, atribuindo-as aos seus prejuízos. Por este princípio devo dizer a V. P. que o método de curar em Portugal, há de ser mal, porque sua filosofia é péssima. [...] já que esse método é unicamente galênico. [...] mas os autores que escrevem em Medicina moderna, fundam as suas razões no conhecimento da máquina corpo, nas leis da Mecânica e na constante experiência (VERNEY, 1746, p. 113).

A recepção da obra de Verney em Portugal suscitou grande polêmica, sobretudo entre os jesuítas que procuraram questionar as ideais defendidas pelo clérigo. Outros dirigiam suas ressalvas a determinadas partes da obra, caso do médico Antônio Isidoro da Nóbrega e de outros letrados, como Miguel Maurício de Carvalho, Francisco de Pina e Melo, entre outros.

⁷ Acerca da defesa dos cientistas de que a ciência moderna era superior a dos “antigos” e a concepção de progresso científico incorporada por cientistas modernos como Bacon, Galileu, Descartes, entre outros ver ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. São

Conforme observa Antônio Alberto de Andrade, embora todos esses autores admitissem a necessidade da reforma das ciências em Portugal, nenhum concordou em absoluto com as ideias de Verney. O que não significa, por outro lado, que os letrados portugueses não levassem em conta o mérito de sua obra. O padre João Baptista de Castro, cognominado o Cavaleiro de Oliveira, em um artigo publicado em 1762, no *Journal Encyclopédique* de Paris, via em Verney um homem de imensa erudição e corroborava as acusações, pois também compartilhava das ideias do clérigo sobre o estado precário em que se encontrava a cultura portuguesa (ANDRADE, 1966, p. 208-209).

De fato, a vinculação das ideias de Verney à Ilustração revela o papel do clero na introdução de inovações científicas em Portugal. Nesse contexto, merece destaque a atuação da Congregação do Oratório, fundada em Roma, em 1550, e estabelecida em Portugal, em 1668. Como já destacou Keneth Maxwell, os Oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais e coube a eles, em grande parte, a difusão no Reino das ideias de Bacon, Descartes, entre outros nomes da ciência (MAXWELL, 1996, p. 13-14). De maneira geral, suas propostas colocavam em questão a influência exercida pela Companhia de Jesus na educação, sobretudo, a superior.

À guisa de conclusão

Partilhando com outros autores a crítica pedagógica à escolástica e aos jesuítas, o *Verdadeiro método de estudar* volta-se à apreciação da situação de cada ramo do saber – matemática, gramática, estudos jurídicos, física, medicina, etc. – para os quais sugere diversas modificações. No conjunto, a obra destaca a crítica ao conhecimento estabelecido sob uma autoridade única, quer fosse esta Aristóteles ou outro pensador; defendendo o uso da observação e da experimentação, norteadas pela indução, para chegar ao conhecimento. Verney oferece, assim, um projeto enciclopédico de reforma

do saber ministrado em Portugal, assentado no racionalismo e na defesa do experimentalismo.

À medicina, em especial, Verney ressalta os prejuízos da filosofia peripatética, vinculada ao aristotelismo, para o estudo do corpo humano. Suas oposições diziam respeito à ideia apoiada pela filosofia peripatética de que a natureza podia ser conhecida somente por intermédio dos livros. Ao mencionar o “ódio dos galênicos à anatomia”, o oratoriano referia-se ao fato de que durante muito tempo a anatomia fora prática interdita, de forma que o saber acerca do corpo humano advinha somente a partir dos livros ou das dissecações de animais. Assim, o desconhecimento do corpo humano pelos galênicos nascia, segundo o clérigo, da própria visão que tinham do conhecimento, baseada mais na leitura dos manuais do que na experiência.

De maneira geral, a rejeição ao galenismo em Portugal por parte dos defensores do mecanicismo e de outras teorias médicas torna-se perceptível em diversos tratados médicos, principalmente naqueles publicados na segunda metade do século XVIII. Efetivamente, a concepção de ciência compartilhada pelos ilustrados em Portugal mostra a proximidade dos pensadores lusos e o Iluminismo no restante da Europa. Ao se opor aos sistemas antigos e reivindicar o experimentalismo, Luis Antônio Verney, por exemplo, incorpora a crítica moderna ao ensino livresco e a defesa na superioridade de técnica e da experimentação. A refutação do método peripatético se manifesta não apenas nas críticas, mas também nas propostas de reformas do ensino de medicina no Reino.

Referências

ABREU, Brás Luís de. *Portugal médico ou monarchia médico-lusitana histórica practica symbolica, ethica e política*. Coimbra: Oficina de Joam Antunes, 1726.

- ABREU, Jean Luiz Neves. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, p. 149-172, jul.-dez. 2007a.
- _____. Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 80-104, jul.-dez. 2007b.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. Disponível em: <<http://purl.pt/13969>>. Acesso em 16 nov. 2014.
- BASSO, P. *A farmácia e a história*. Lisboa: 2005.
- BRETON, David Le. *La chair à vif: usages médicaux et mondains du corps humain*. Collection : "Traversées". Paris: Métailié, 1993.
- CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: EdUFRGS. p. 61-79. 2002.
- DELUMEAU, Jean. *A confissão e o perdão: a confissão católica, séculos XIII a XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a cultura europeia (séc. XVI a XVIII)*. Coimbra, Biblos, 1953.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.
- FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: EDUC, 1997.
- FRIAS, I. M. *Doença do corpo, doença da alma: Medicina e Filosofia na Grécia clássica*. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

- GONÇALVES, Leonardo. *A farmacopeia tubalense de 1735 e a construção de um modelo para a farmácia portuguesa setecentista*. (Dissertação). Rio de Janeiro: PPGHS-UERJ, 2012.
- LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna*. Lisboa: Replicação, 2002.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- RIBEIRA, Francisco Soares. *Cirurgia methodica e chymica reformada*. Lisboa: [s.n.], 1721. Disponível em: <https://archive.org/stream/historiadamedici00lemo/historiadamedici00lemo_djvu.txt>. Acesso em 12 dez. 2014.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *Exorcistas e demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Campos, 2003.
- ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SÉRGIO, Antônio. O Reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal. In: *Ensaíos*. Lisboa: Sá da Costa, Tomo II, 1972. v. II
- SOUZA, A Tavares de. *Curso de História da medicina: das origens aos fins do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/29229>>. Acesso em 05 jan. 2015
- VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*. Tomo II. Carta XII - Estudos médicos, jurídicos e teológicos [1746]. Valença: Oficina de António Balle. Disponível em: <<http://purl.pt/118>>.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1999.